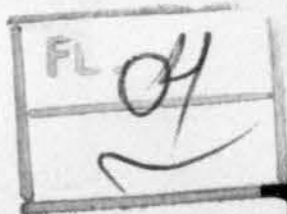


Blitz descobre escravidão em São Paulo



casini/15^a

JOSÉ LUIZ LONGO

IARAS (SP) — Numa blitz feita em cinco fazendas, fiscais do Ministério do Trabalho em Bauru descobriram que cerca de 4 mil pessoas vivem em regime de semi-escravidão nas fazendas de pinus localizadas às margens da rodovia Castello Branco, que liga a capital ao rico Oeste paulista. De sol a sol, crianças que nunca foram à escola e velhos com problemas de saúde têm que "sangrar" diariamente 1.500 árvores para extrair resina de pinus, matéria-prima emprega-

da na fabricação de aproximadamente 80 produtos, entre os quais cola e gomas de mascar.

Para alcançar essa cota, os resineiros são obrigados a carregar como material de trabalho uma bisnaga de ácido sulfúrico, substância altamente corrosiva, diluída num mingau de farelo de arroz. Aspergindo o ácido no tronco do pinus, eles conseguem acelerar a saída da resina do caule. Sem equipamento de segurança, eles recebem R\$ 5,50 por dia. Se cumprirem a cota diária, tiram por mês R\$ 150,00.

Muitos resineiros são menores de 14 anos e sequer recebem

o salário-mínimo. Muitos não podem parar de trabalhar porque acumulam dívidas nos mercados das fazendas, onde são obrigados a comprar os alimentos que levam para casa.

Os fiscais foram a campo depois de receber denúncia do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e da Comissão Pastoral da Terra, da Igreja Católica. Representantes das duas entidades acompanharam a inspeção.

Um dos responsáveis pelos crimes é Fernando Camões, o Fernando Português. Ele é apontado como o principal agenciador de mão-de-obra e, além dis-

so, arrenda para terceiros áreas da União que são administradas pela Secretaria estadual de Meio Ambiente. Essas terras, num total de 30 mil hectares, foram destinadas em 1910 a um fracassado projeto de colonização de imigrantes europeus e acabaram ocupadas por grileiros.

O chefe da Delegacia Regional do Ministério Público em Bauru, Silvio Carlos Lima Pereira, informou ontem que encaminhará à Procuradoria do Trabalho em São Paulo denúncia de utilização de menores de 14 anos na extração da resina. Ele pretende localizar ainda hoje Fer-

nando Camões, que mora no município vizinho de Águas Claras e não foi encontrado pelo GLOBO. Moradores da cidade informaram que ele exporta a resina já manufaturada para Portugal, ficando com 75% da renda auferida com a intermediação da matéria-prima. A resina seria manufaturada numa refinaria em São Berto, na região, e pertence a outro empresário português. De lá é transportada até o porto de Santos em caminhões-tanque.

— Vamos começar com o depoimento de Fernando Português e depois tentar localizar

outras empresas eventualmente envolvidas. Ele é o contratante, mas deve estar sendo contratado por outros — afirmou Pereira, que chefiou a blitz.

Ele disse que o problema é delicado:

— É uma questão social. Os pais precisam do ganha-pão dos filhos menores de 14 anos e até ficam indignados com a hipótese da interdição das áreas de trabalho, já que também podem perder o emprego — disse, acrescentando que a fiscalização quer obrigar os contratantes a dar as condições de trabalho necessárias aos adultos.

IARAS (SP) — O trabalho semi-escravo em fazendas de pinus no município de Iaras vai ser denunciado formalmente nesta sexta-feira ao presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa de São Paulo, deputado estadual Renato Simões (PT). O problema foi relatado informalmente ontem à missão da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA), durante encontro reservado com diversas entidades civis de direitos humanos em São Paulo.

— Não tivemos tempo de documentar a denúncia, mas o MST aproveitou o encontro com a missão da OEA para expor o

problema — explicou Nilson Costa, coordenador regional do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra que participou da blitz feita pelo Ministério do Trabalho filmando e gravando os depoimentos para formalizar a denúncia à Assembléia Legislativa.

O MST reivindica a área onde há trabalho semi-escravo para a reforma agrária. Desde o último dia 20 de novembro, cerca de 250 famílias ocuparam 5.500 hectares dos aproximadamente 30 mil hectares que foram destinados originalmente ao fracassado projeto de colonização de imigrantes europeus em 1910.

— Essas terras pertenciam ao Serviço de Proteção da União e passaram a ser administradas pela Secretaria estadual de Meio Ambiente, e estão sendo usadas por grileiros indevidamente — afirmou Miguel Serpa, outro coordenador regional do MST.

Os coordenadores do MST têm em mãos um documento assinado por técnicos da Secretaria estadual de Meio Ambiente reconhecendo que parte da área foi grilada. O lugar onde os sem-terra montaram seus barracos, segundo o documento, situa-se parcialmente numa área rebatizada de Capão Rico, que é dividida por cinco fazendas que exploram 2.800 hectares para a plantação e a extração de resina de pinus. (J.L.L.)

Para trabalhadores, falta opção

IARAS — “Gosto do que eu faço mas preferia estar estudando. Só que não tenho saída, porque para onde eu iria?”, indaga Emerson Aparecido Prestes, de 14 anos, momentos depois de uma crise de choro, ao explicar sua situação na Fazenda Divinéia, onde trabalha como resineiro. Emerson nunca foi à escola e demonstra muita habilidade em seu ofício para quem diz trabalhar há apenas um mês. Garante ter carteira de trabalho assinada, mas não sabe qual o salário estipulado no contrato. É que a carteira está em poder de

Fernando Português, explica. Ana Maria de Almeida, também de 14 anos, leva a mesma vida de Emerson. Trabalha com o pai e um irmão mais velho, enquanto os dois irmãos menores ficam sozinhos em casa. O pai, João Bueno, 58 anos, já deveria estar aposentado por invalidez, porque ficou cego do olho direito por causa dos respingos do ácido durante o sangramento do pinus para a extração da resina.

— Eu e meu filho mais velho retiramos R\$ 75 cada um por quinzena. Mas não sei quanto eu recebo pelo trabalho da Ana. Devem ser uns R\$ 50 — estima.

Andréa Santos de Oliveira, 17 anos, também nunca foi à escola. Ela trabalha desde os 7 anos com o pai, Luigi, e o irmão, Adriano, na atividade de resineiros. Adriano, 13 anos, nem carteira de trabalho tem. O pai gostaria que eles estudassem, mas não pode dispensar o ganha-pão. E critica quem acusa o patrão de impor trabalho semi-escravo.

— Sair daqui para passar fome eu não vou. Vocês querem que a gente viva como as pessoas no Nordeste, que nem trabalho têm?

Drama maior enfrenta Francisco Leme, 28 anos. Ele trabalha com a mulher e leva seus quatro filhos para o trabalho porque não tem onde deixá-los. O mais velho, Fernando, 9 anos, já ajuda a extrair resina, sangrando em torno de 200 árvores por dia. Fernando só trabalha quando o local é limpo. Ontem, eles estavam num terreno com os pinus plantados em meio a um matagal de quase um metro

de altura, infestado de bichos peçonhentos, como cobras e aranhas. Sem poder sangrar as árvores, Fernando assumiu a tarefa de carregar nas costas a irmã mais nova, de menos de 2 anos.

— Tenho dó dos meus filhos por não poderem estudar. Mas eu mudo sempre de traba-

lho e eles não podem frequentar a escola — justificou Francisco.

Valdeci Proença Reis, 22 anos, enfrenta um problema a mais: não pode deixar o trabalho antes de saldar uma dívida de R\$ 600 contraída num mercado recomendado pelos administradores a todos os resineiros da Fazenda Lavraska. Lá os trabalhadores compram fiado mas não recebem qualquer comprovante do valor da dívida.

— Não vejo o preço que ele marca. Só sei que deixo metade do meu salário todo mês para abater a dívida — explica Valdeci.

“**Preferia estar estudando, mas não tenho saída. Para onde eu iria?**”

Emerson Aparecido Prestes, de 14 anos, resineiro na Fazenda Divinéia

DEC-12-95 18:23

TEL:

P:02

Núcleo Colonial Monção

LD

Histórico

A gleba de terra em questão é parte de um conjunto de aproximadamente 30 mil hectares, denominado Núcleo Colonial Monção. Tal núcleo, tem sua origem entre os anos de 1910 a 1914, quando a união Federal adquiriu terras na região com o objetivo de fixação ... famílias de imigrantes europeus na região dos municípios de Águas de Santa Barbara, Cerqueira Cesar e Avaré. Com o insucesso da iniciativa, houve a tentativa do repasse da gleba total para o governo estadual, objetivando a implantação de projeto de reflorestamento através do Instituto Florestal.

Na realidade, a iniciativa não passou da assinatura de protocolo de intenções entre o estado e a União nos anos de 1960, sendo, conforme parecer da própria Procuradoria Jurídica Estadual, desprovida de qualquer fundamento jurídico. Entretanto, na prática, o Instituto Florestal ocupou parte da área total, a denominada Fazenda Capão Rico, com o objetivo de plantio de essências florestais, notadamente, pinus de diversas espécies.

Relatório do aspecto social local

No dia 20/11/95 300 famílias organizadas pelo MST e apoiadas pela CPT - SP, ligada a igreja católica, ocuparam uma das áreas do Complexo Santana, reserva florestal tendo como proprietária a União e o estado de São Paulo. Com o passar dos dias na área ocupada, os integrantes do MST tiveram contato com trabalhadores rurais resineiros e encontraram crianças e adolescentes trabalhando na área.

Entidades representativas dos trabalhadores rurais, como o MST, CUT e CPT realizaram uma vistoria no dia 28/11/95, em alguns locais do Complexo e constataram que há trabalhos realizados com crianças e adolescentes. Acompanhou e registrou os fatos a emissora de TV Bandeirantes-Bauru. Após constatar irregularidades na área, essas entidades denunciaram o fato na imprensa escrita da região (xerox em anexo). Posteriormente entraram em contato com o STR - Sindicato de Trabalhadores Rurais de Avaré, que simplesmente se prontificou a indicar nova área de trabalhos irregulares no dia seguinte. Essa visita foi acompanhada por um agente da CPT.

O que nos deixa perplexos é o fato do STR ter se omitido em relação as irregularidades cometidas, já que tinha conhecimento dos fatos. Segundo o presidente da entidade já haviam sido protocolados dois pedidos de vistoria no Posto do Ministério do Trabalho de Avaré. No entanto, tal vistoria não se processou. Em decorrência dessa omissão representantes do MST, CUT e CPT agendaram outra data para confirmar novamente e registrar juntamente com a mídia e principalmente com a DRT - Bauru para fiscalizar, autuar e se se confirmar as denúncias punir os responsáveis.

No dia 05/12/95 o MST, CPT e Ministério do Trabalho acompanhados pelos jornais O Globo e Cidade de Bauru e a TV Globo Oeste Paulista, realizaram vistoria em algumas áreas do Complexo Santana. Novamente foi constatada irregularidades trabalhistas nessas áreas. A CPT possui imagens dessa blitz.

No primeiro contato com os trabalhadores rurais encontramos uma criança (Ana) com 13 anos de idade (que trabalha desde os 10 anos) fazendo a sangria dos pinus (extração de resina). O material utilizado no trabalho é extremamente perigoso, pois além de ser cortante ainda

DEC-12-95 10:23

TEL:

P:02

2 D

2

utilizava uma bisnaga com produto químico (ácido sulfúrico). Essa criança nunca estudou, ela afirma que tem uma amiga (Tera) que trabalha nas mesmas condições. Encontramos também o sr. João Mariel dos Santos de 55 anos que trabalha há 10 anos nessa região. Ele trabalha sem nenhum tipo de equipamentos de proteção recebendo apenas 5 reais para sangrar 1000 pés de pinus. O trabalho é muito perigoso segundo sr. João, pois, quando a sangria é feita acima de sua estatura pode ocasionar problemas de visão, pois, pode respingar nas vistas, um amigo seu perdeu a visão em consequência disso.

Foi encontrado num paiol, próxima a casa do encarregado, na Fazenda Lavraska um galão de ácido sulfúrico, como demonstram imagens gravadas pela CPT que comprovam a periculosidade do ácido. Segundo o encarregado, para 50 litros de água são utilizados 10 litros de ácido no preparo da substância que extrai a resina.

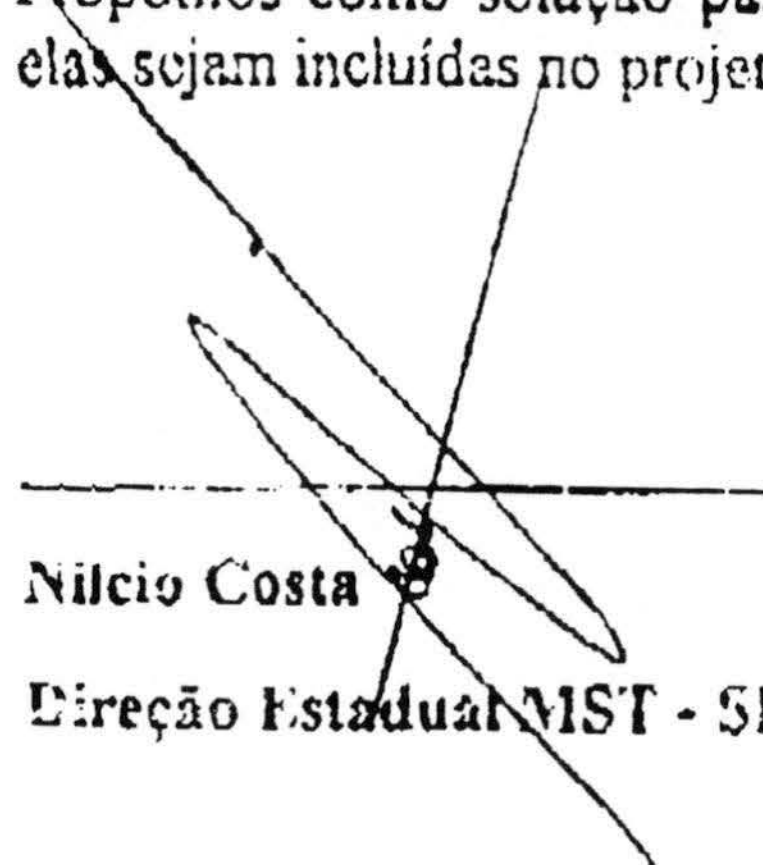
O trabalhador Valdeci de 22 anos relata que os vencimentos que recebe não cobrem os custos com a alimentação. Ele adquire os alimentos no supermercado em Iaras. Ganha 150 reais por mês e deve 600 reais para o supermercado. Valdeci paga 50 reais para abater a dívida e o restante compra a vista os alimentos (no entanto, esse valor não dá para manter a subsistência de sua família). Ele trabalha há dois anos sem registro em carteira e sem férias.

Emerson Aparecido Prestes de 14 anos foi encontrado sozinho numa grande área realizando a sangria dos pinus. Segundo moradores da região existem animais selvagens (lobo guará e onça pintada) que podem atacar as crianças. Ele não estuda e recebe um salário mínimo por mês. Indagado pelos repórteres se gostaria de ir embora Emerson responde que não tem para onde ir mas gostaria de estudar.

Encontramos Adriano de 13 anos que também nunca foi a escola e executava o mesmo trabalho que as demais crianças. Seu pai Luidi Oliveira diz que a família recebe 150 reais por quinzena. A filha com 17 anos, trabalha desde os 7, só sabe escrever o próprio nome e não possui registro em carteira. Luidi comenta que há 4 mil trabalhadores rurais na região trabalhando nessas mesmas condições.

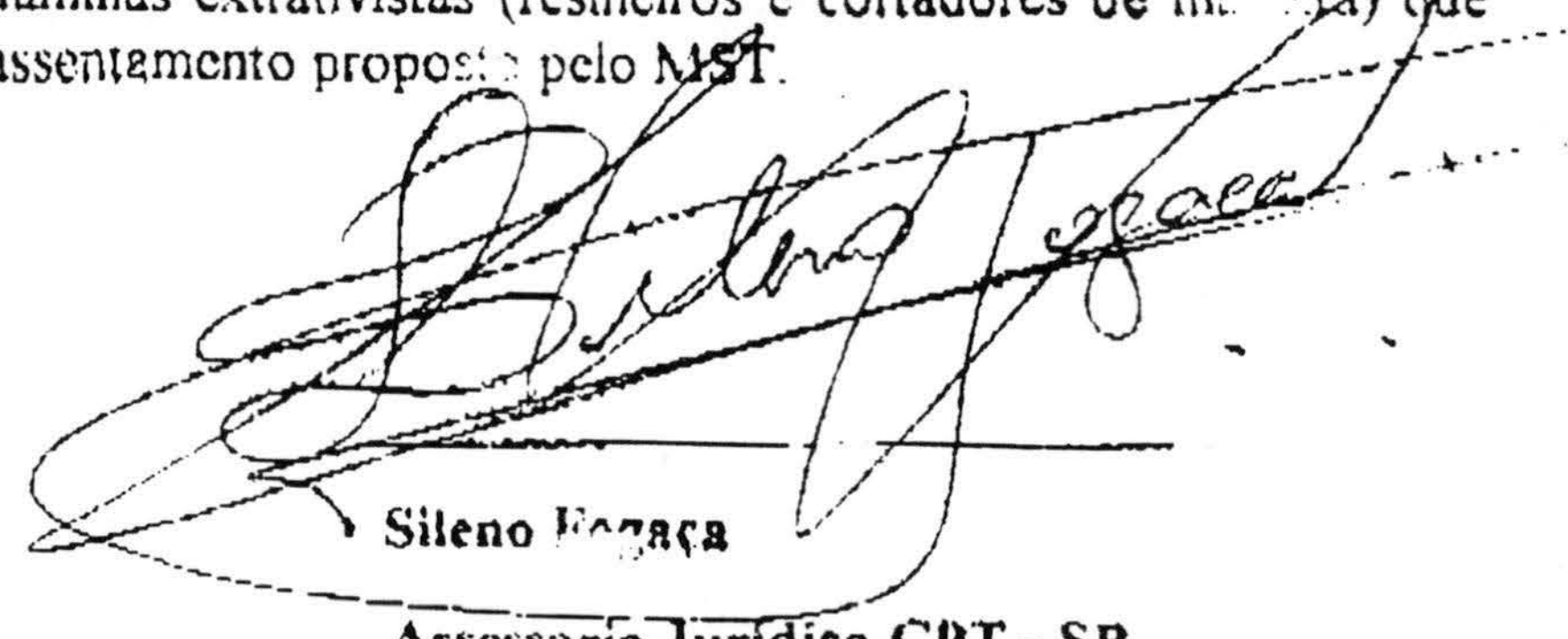
O trabalhador, resineiro, Francisco leva toda a família para o local de trabalho por não ter onde deixá-la. Cristiano seu filho mais velho, de apenas nove anos, trabalha para ajudar a manter os três irmãos mais novos.

Nós enquanto sociedade civil organizada reivindicamos a apuração das irregularidades apontadas e exigimos a imediata expropriação de toda a área para fins de reforma agrária. Propomos como solução para as famílias extrativistas (resineiros e cortadores de madeira) que elas sejam incluídas no projeto de assentamento proposto pelo MST.



Nilcio Costa

Direção Estadual MST - SP



Sileno Fogaça

Assessoria Jurídica CPT - SP

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO

PORTARIA

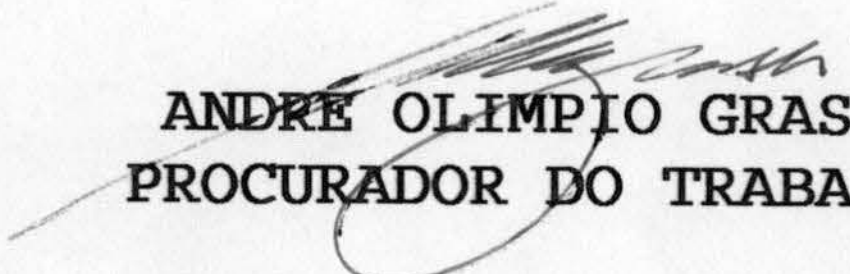
O DR. ANDRÉ OLÍMPIO GRASSI, Procurador do Trabalho de Defesa dos Interesses Difusos e Coletivos da Procuradoria do Trabalho da 15ª Região - Campinas, tomando conhecimento, por denúncia feita pelo DELEGADO REGIONAL DO TRABALHO NO ESTADO DE SÃO PAULO, de que RESILAYN EXTRAÇÃO, COM E EXPORTAÇÃO LTDA. e seu representante, FERNANDO COSTA, com endereço na Marques do Vale, nº 5, Águas de Santa Bárbara, CEP: 18770.000, vem praticando condutas, em tese, lesivas a direito do trabalhador consistente em:

- trabalho infantil;
- inobservância de piso salarial;
- descumprimento de normas de proteção, saúde e segurança do trabalhador.

Determina, com base no Art.84, inciso II, da Lei Complementar nº75, de 20 de maio de 1993, a instauração de PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO com fim de esclarecer os fatos noticiados, para posterior convolação em inquérito civil público e ajuizamento de ação civil pública ou, se for o caso, o arquivamento das peças de informação, na forma da lei.

Determina que se proceda ao registro a autuação desta Portaria e das peças que a instruem, expedindo-se ofícios à empresa e entidade profissional, solicitando informações.

Campinas, 06 de fevereiro de 1996.


ANDRÉ OLÍMPIO GRASSI
PROCURADOR DO TRABALHO